

2016

Cidades de Sísifo:

urbanismo colonial e contingência^{1,2}



Rodrigo Castro Orellana

Universidade Complutense de Madrid, Espanha

TRADUÇÃO:

Gilmei Francisco Fleck

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Hugo Eliecer Dorado Mendez

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Cidades de Sísifo: urbanismo colonial e contingência

Resumo

Este artigo estuda o tipo de racionalidade que estaria em jogo no processo de fundação das cidades coloniais na América. Pretende-se estabelecer que a conquista-urbana do século XVI não seria a materialização de uma suposta razão clássico-cartesiana, nem mesmo a condição de possibilidade do sonho de ordenamento total do real. Pelo contrário, a dinâmica de urbanização obedeceria a critérios práticos e necessidades conjunturais que buscavam dar resposta às condições de vulnerabilidade que os conquistadores enfrentaram. Essa hipótese é demonstrada ao se descrever o fenômeno do nomadismo dos complexos urbanos hispano-americanos, estudado por Alain Musset. Essa pesquisa evidencia que a cidade colonial foi o resultado de uma série de fatos imprevistos e que o poder colonizador sempre esteve condicionado pelas realidades contingentes e pelas práticas específicas de castelhanos e indígenas.

Palavras-chave: Cidade colonial, Colonização, Utopia, Contingência, Natureza.

Ciudades de Sísifo: urbanismo colonial y contingencia

Resumen

El artículo estudia el tipo de racionalidad que estaría en juego en el proceso de fundación de las ciudades coloniales en América. Se pretende establecer que la conquista-urbana del siglo XVI no sería la materialización de una supuesta razón clásico-cartesiana, ni tampoco la condición de posibilidad del sueño moderno de ordenamiento total de lo real. Por el contrario, la dinámica urbanizadora obedecería más bien a criterios prácticos y necesidades coyunturales que intentaban responder a las condiciones de vulnerabilidad que enfrentaron los conquistadores. Dicha hipótesis se demuestra describiendo el fenómeno del nomadismo de los complejos urbanos hispanoamericanos, estudiado por Alain Musset. Esta investigación evidencia que la ciudad colonial fue el resultado de una serie de hechos sobrevenidos y que el poder colonizador siempre estuvo condicionado por realidades contingentes y por las prácticas específicas de castellanos e indígenas.

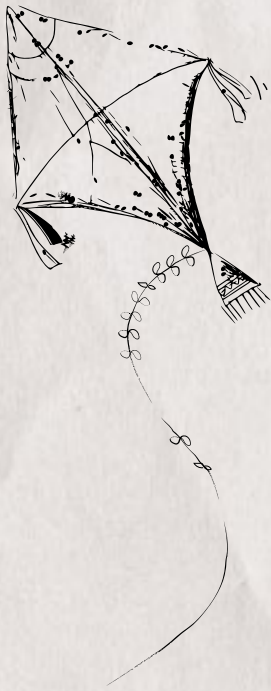
Palabras clave: Ciudad colonial, Colonización, Utopía, Contingencia, Naturaleza.

Cities of Sisyphus: colonial urbanism and contingency

Abstract

The article studies the kind of rationality that would be at stake in the process of founding of colonial cities in America. It is intended to establish that the conquest-urban during sixteenth Century would be the realization of a supposed classic-Cartesian reason, nor the condition of possibility of modern dream of total order of reality. By contrast, the urbanizing dynamic obey to practical criteria and situational needs that tried to respond to the vulnerability faced by the conquerors. This hypothesis is shown by describing the phenomenon of nomadism of Hispanic urban complexes studied by Alain Musset. This research shows that the colonial city was the result of a series of supervening facts and that the colonizing power was always conditioned by contingent realities and specific practices of Spaniards and Indians.

Keywords: Colonial city, Colonization, Utopia, Contingency, Nature.



O processo de urbanização produzido na América, a partir de 1492, representa um fato único na história da humanidade, devido a sua complexidade, sua velocidade e seu alcance. Em menos de cem anos, entre finais do século XV e a primeira metade do século XVI, fundaram-se mais de trezentos e sessenta cidades, apenas no México e no Peru (CALVO, 1995; TERÁN, 1989). Essa rede urbana se estendeu de um extremo a outro do continente, desde a América do Norte até o sul do Chile, atravessando diversas localizações geográficas e enfrentando diferentes culturas indígenas. Nesse sentido, o poder colonial hispânico e sua vontade de construir cidades parecem estar intimamente ligados.

Efetivamente, sempre foi o primeiro gesto de posse dos novos territórios, nas Índias, a fundação de uma cidade, um rito marcado por um enorme simbolismo e que obedecia à antiga tradição greco-latina que fez do fato urbano o aspecto constitutivo do processo civilizatório. Em tal rito de tomada de posse, um espaço supostamente "sem dono" (*res nullius*) transformava-se, como consequência de um procedimento jurídico, em um território próprio, obtido com justo título (LUCENA GIRALDO, 2006, p. 35). Para ser legítimo, esse ato exigia que o descobridor pegasse um punhado de terra, bebesse água ou, inclusive, desse uns gritos na nova comarca. O escrivão, então, registrava tudo isso em ata e o pregoeiro dava um testemunho público do ocorrido. Finalmente, celebravam-se as missas correspondentes, empreendia-se o traçado físico das ruas e dos lotes e nomeava-se o primeiro *cabildo*.³

No entanto, a cidade não operou, exclusivamente, como uma ferramenta local de apropriação do espaço. Ela definiu também uma estratégia global de colonização em todo o Novo Mundo. Em um primeiro momento, "foi um lugar de abastecimento, descanso, centro de decisão",

LAJE

v.3 n.1

p. 262-283

2024

ISSN: 2965-4904

DOI: 10.9771/lj.v3i0.60553

porém mais tarde “transformou-se no núcleo de estabilização e irradiação da colonização espanhola” (LUCENA GIRALDO, 2006, p. 30). A rede urbana funcionou como uma plataforma de produção de novas iniciativas de conquista e de consolidação das empresas já iniciadas. Seria possível afirmar que a cidade colonial se desenvolveu como um instrumento fundamental da conquista, uma circunstância que, além do mais, os indígenas perceberam perfeitamente, como atesta uma história atribuída ao cacique Lautaro. Conta-se que quando o chefe araucano avançava sobre a cidade de Santiago do Chile, em 1556, com o propósito de destruí-la, disse a seus companheiros: “Irmãos, saibam que o que vamos buscar é cortar pela raiz o lugar de onde nascem esses cristãos, para que não nasçam mais” (RAMÓN, 2000, p. 33).

A cidade foi uma peça-chave da colonização e esteve ligada a uma materialidade facilmente discernível que consistia na assimilação do estrangeiro a partir da administração urbana do território (gestão de lugares desconhecidos, controle de novas condições ambientais, governo de uma população indígena enigmática e hostil etc.). Nessa dinâmica, não se deve excluir o papel cumprido pela dimensão simbólica, especialmente se levarmos em consideração a precariedade da maioria dos núcleos urbanos fundados na época colonial e a decorrente necessidade de reforçar e assegurar os vínculos de uma comunidade incipiente que percebia infinitas ameaças a seu redor.

Ángel Rama acerta, então, ao afirmar que “as cidades americanas foram remetidas, desde as suas origens, a uma vida dupla” (RAMA, 2009, p. 44). Assim, por um lado, teríamos a ordem física da construção material, com sua específica contingência, seus vaivéns, circunstâncias e incertezas; e, por outro lado, encontraríamos a ordem dos signos, mais apegada à certeza e à estabilidade, e decisiva no momento de qualquer realização (ibid., p. 45). Entretanto, nos parece que tanto a prioridade que Rama outorga ao plano simbólico, na fundação das cidades hispano-americanas, quanto o conteúdo que ele atribui às estruturas ideais que teriam interferido e condicionado o urbanismo do século XVI devem ser reexaminados.

A cidade ordenada e a proto-história do cogito

Na sua obra de 1984, *A cidade das letras*, Rama dedica o primeiro capítulo, intitulado “A cidade ordenada”, ao estudo da cidade latino-americana como a manifestação de um sonho específico da inteligência conquistadora. Seu argumento principal consiste

em sustentar que o impulso europeu de modificar a urbe de acordo com um conjunto de ideais abstratos teria encontrado uma "oportunidade única" no Novo Mundo para se materializar em um lugar que se entendeu como desprovido de valores próprios, isto é, uma espécie de *tabula rasa* na qual seria possível iniciar uma nova história da cidade e do homem (RAMA, 1984, p. 32-33). A América teria representado, a partir de um ponto de vista urbanístico, a possibilidade efetiva de levar a cabo uma espécie de singular *creatio ex nihilo*; teria sido entendida como o ponto de partida para dar início a uma nova época. A tese formulada neste ponto é decisiva: o ato *conquistador-urbano* não reproduziria nem replicaria os modelos existentes nas metrópoles europeias, mas sim deslocaria o ideal ou o horizonte de futuro, que se ocultava como potência adormecida no Velho Mundo, para sua efetiva realização num novo cosmos que começava a escrever a sua história. A estrutura utópica da fundação da cidade colonial seria, dessa forma, posta em evidência. O Novo Mundo teria sido uma força que influiu a imaginação e a fantasia dos castelhanos, conduzindo-os à construção de núcleos urbanos completamente submetidos à autoridade de um ideal de cidade.

Segundo Rama, o conteúdo desse ideal obedeceria ao princípio geral do que ele denomina como uma "razão ordenadora" (RAMA, 1984, p. 36). A palavra "ordem" teria sido fundamental, então, para as aspirações culturais que foram trasladadas ao novo continente. Os desejos de simetria, a ânsia pela hierarquização e os sonhos de classificação cruzariam o Atlântico. Nesse contexto, Rama nos lembra das instruções que o Rei transmitiu a Pedrarias Dávila, em 1513, para a fundação das cidades:

Vistas as coisas que para os assentamentos dos lugares são necessárias, e escolhido o sítio mais proveitoso e em que abundem as coisas que para o povo são necessárias, tereis de repartir os lotes do lugar para fazer as casas, e deverão ser repartidos conforme as qualidades das pessoas e serão inicialmente dados por ordem: de maneira que feitos os lotes, o povo pareça ordenado, tanto no lugar que se deixe na praça, como o lugar que tenha a igreja, como na ordem que tiveram as ruas; porque os lugares que, de novo se fazem, dando a ordem no começo sem nenhum trabalho nem custo, ficam ordenados e os outros jamais se ordenam (RAMA, 1984, p. 37).

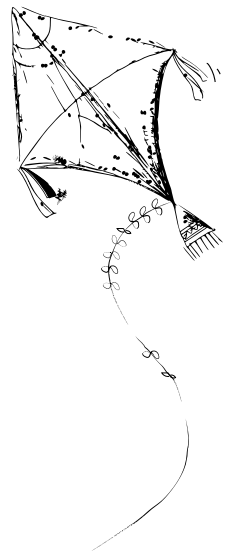
O futuro de "ordem" a que se refere este texto corresponderia, de acordo com a proposta de *A cidade das letras*, ao sonho de uma razão geométrica que, posteriormente, encontrará o seu desenvolvimento filosófico com Descartes. Aqui Rama

estabelece um paralelo singular entre a concepção ideal de uma razão que ordena e mede de acordo com o princípio de uma *mathesis* universal e o desenho “*a cordel y regla*”, isto é, em linhas retas, da planta urbana na maioria das cidades hispano-americanas (RAMA, 1984, p. 39). A ordem implantada na quadrícula da cidade colonial seria a manifestação de um fantasioso pensamento que se impõe com anterioridade a qualquer realização (RAMA, 1984, p. 40). Isso permitiria perceber, também, a cosmovisão que está subjacente ao ato colonizador, porque do mesmo modo que a cidade seria o produto de uma razão ordenada e matemática em sua apropriação de uma terra desconhecida, a colonização, no seu conjunto, poderia ser compreendida como uma empresa orientada à negação de qualquer alteridade.

Certamente, do ponto de vista da história intelectual, o paralelismo que Rama sugere entre o desenho das cidades coloniais e o que Foucault denominou de *episteme clássica* é muito pouco verossímil. Vale a pena questionar como os conquistadores castelhanos poderiam ter pensado em termos cartesianos um século antes da publicação de *Discurso do Método*, pelo pensador francês.⁴ Nesse sentido, é interessante o argumento de Enrique Dussel sobre a relação entre a conquista da América e o pensamento cartesiano, dado que corrige esse disparate histórico, preservando ao mesmo tempo a essência do argumento de Rama.

Segundo Dussel, deve-se introduzir uma distinção entre uma primeira modernidade, que se identifica com o *ethos* cristão, humanista e renascentista, cuja potência hegemônica foi a Espanha; e uma segunda modernidade, que parte do século XVII, com a decadência do poder hispânico e o auge das novas potências como a Holanda, a Inglaterra ou a França (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 49). A primeira modernidade produziria um tipo de subjetividade que pode ser caracterizada como o “eu-conquistador” que se relaciona com a alteridade (o índio) a partir de uma lógica de exclusão e domínio. Esse *ego conquiro* seria “a proto-história da constituição do *ego cogito*” (DUSSEL, 1994, p. 47), ou seja, o significado do *cogito* cartesiano deveria ser compreendido em relação a um ideal não questionado de subjetividade que o antecede: o *ser colonizador/conquistador* ou o *ser imperial* (GROSFOGUEL, 2007, p. 64). Entre o momento conquistador e o momento cartesiano, para Dussel, haveria uma perfeita continuidade que mantém correspondência com o desenvolvimento de um dispositivo fundamental da modernidade: a “colonização do mundo da vida (*lebenswelt*)” (DUSSEL, 1994, p. 48).

A partir dessa perspectiva, a conquista-urbana do século XVI não seria a materialização de uma suposta razão clássico-cartesiana, mas a condição de possibilidade do sonho moderno de ordenamento total do real. No ato conquistador, seria produzida a



incorporação negadora do outro à totalidade dominadora (DUSSEL, 1994, p. 41), que prefigura as pretensões de uma *ratio* que deseja subjugar a natureza, eliminando toda descontinuidade e contingência. A instauração da cidade colonial poderia ser considerada, então, como a afirmação prática da estrutura ideal do *ego conquiro* e, portanto, como o primeiro marco de um processo de racionalização unilateral orientado à consolidação de um poder imperial sem contrapesos.

É relevante sublinhar a importância e os alcances da proposta de Dussel. Seu pensamento, e em particular a interpretação que oferece da história da conquista e da colonização da América, teve grande influência sobre o projeto de uma filosofia da libertação latino-americana e sobre as teorias decoloniais. A tese fundamental consiste em estabelecer uma identidade entre a modernidade ocidental europeia, como um sistema total, uniforme e homogêneo, e a *colonização da vida*. Isso se traduziria em um poder imperial que desenha espaços e subjetividades com eficácia, subsumindo qualquer alteridade ou diferença, um poder que teria cumprido um papel decisivo na prática urbana do período colonial.

Nosso propósito, a seguir, é explorar algumas contribuições recentes dos estudos históricos sobre a cidade colonial hispânica, no entendimento de que tal exercício evidencia a necessidade de reconsiderar a análise específica que Rama oferece sobre a configuração da cidade e a descrição geral que formula Dussel do poder imperial hispânico como um sistema hegemônico.

Velhas teorias e novas práticas na cidade colonial

A cidade colonial não é o resultado do "livre voo de uma imaginação" (RAMA, 2009, p. 32) que sonha com um espaço ordenado taxonomicamente. Ela representa, na verdade, o produto de uma série de decisões urbanísticas que se fundamentam em diversos princípios que, à sua época, foram assumidos como científicos. As considerações relativas, por exemplo, à localização e à orientação espacial da cidade, aos efeitos do clima e às condições de salubridade do entorno procediam em grande medida da obra *De Architectura [Da Arquitetura]*, de Vitruvius, que tinha alcançado uma difusão significativa na Espanha, por conta de comentários de Diego Sagredo em sua obra *Medidas del Romano [Medidas do Romano]*, publicada em 1526, em Toledo.

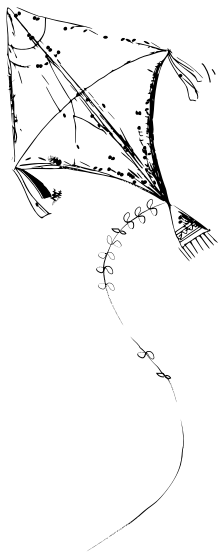


O texto *De regimine Principium [Do Governo dos Príncipes ao Rei de Cipro]*, de Tomás de Aquino, também teve influência relevante, estabelecendo que um bom Príncipe deveria assegurar a sua glória construindo cidades que perdurassem no tempo, algo que não seria possível conseguir se não se seguisse uma série de critérios de localização principalmente centrados no problema da salubridade do meio ambiente. Nesse sentido, o Aquinate, do mesmo modo que as obras de Vitrúvio, segue, literalmente, o cânone hipocrático do tratado *Ares, Águas e Lugares*, que estabelece uma relação essencial entre o clima insalubre e a diminuição da moralidade e o relaxamento dos costumes do povo (MUSSET, 2011, p. 107). Segundo Hipócrates, "quando se chega a uma cidade desconhecida, é preciso preocupar-se com a sua posição: como está situada em relação aos ventos e ao nascer do sol" (HIPÓCRATES, 1997, p. 40). Do mesmo modo, no momento em que se enfrentaram, pela primeira vez, com um espaço urbanizável, os conquistadores deram prioridade à preocupação com a salubridade e as condições do meio, antes de qualquer eventual administração geométrica do novo território.

Contudo, é evidente que a cidade hispano-americana se caracteriza, de forma geral, por um plano ordenado com base no modelo da quadricula. A questão seria se devemos atribuir esse desenho a uma suposta prefiguração da racionalidade cartesiana, como sugerem Rama e Dussel, ou se teríamos na verdade que explicar essa disposição geométrica da cidade colonial a partir de uma série de velhas teorias e como resultado de um conjunto de fatos inesperados que forçaram a prática urbanística.

Segundo Alain Musset, o plano quadricular remete a tradições medievais como as que podem ser observadas nas cidades muradas do sudoeste francês, os "*bastides*". O desenho do "*bastide*", da "*bastida*", da "*nova bastida*" ou da "*nova populatio*" transformava a praça em um elemento a partir do qual se dividiam os terrenos em lotes, todos eles delimitados pela quadricula ortogonal das ruas (ou *carreyras*). Essa morfologia das ruas, em ângulo reto, com quarteirões retangulares, é tão antiga que pode se remontar, inclusive, aos planos urbanísticos de Hipodamos de Mileto, no século V a.C. Na Espanha, o traçado ortogonal aparece em cidades que sofrem a ocupação romana como León, Zaragoza ou Zamora e, desde o século XI, é posta em prática com a fundação de novos centros urbanos ligados à reconquista (MUSSET, 2011, p. 44-45). Por exemplo: um dos paradigmas desse desenho foi o acampamento de Santa Fé, fundado, em 1491, pelos Reis Católicos, no contexto do ataque a Granada, inspirado nas ideias de Vitruvius e nos castros romanos (LUCENA GIRALDO, 2006, p. 68).

Certamente, os grandes teóricos do Renascimento Italiano, como Alberti, Filarete ou Martini, também foram inspirações decisivas para os arquitetos e urbanistas his-



pânicos, mas sua ascendência no caso americano pode-se considerar mais tardia e não relacionada ao plano urbanístico fundacional da cidade colonial. Não devemos esquecer que Alberti propôs, na sua obra *De Re Aedificatoria [Da Arte Edificatória]*, um plano urbanístico radial;⁵ que Sforzinda — a cidade ideal sonhada por Filarete — era uma cidade em forma de estrela de oito pontas e completamente murada; ou que a cidade utópica de Martini reproduzia a organização espacial do corpo humano.

Em qualquer caso, a função que todas essas tradições teóricas cumpriram no desenho da cidade colonial pode ter sido muito mais limitada do que poderíamos supor em princípio. A quadrícula, nesse sentido, teria sido imposta, principalmente, por uma realidade que exigia uma distribuição ordenada e hierárquica de lotes e edificações. Tal organização espacial da cidade oferecia orientação, referências, estabilidade e segurança para uma comunidade incipiente e frágil que apenas começava a se desenvolver.

Nesse contexto, a questão decisiva residiria nas representações culturais de que os primeiros colonizadores castelhanos dispunham, o que nos leva a compreender o desenho urbano como a expressão de um mecanismo compensatório, orientado a transplantar a ordem própria e original da Espanha para uma realidade nova e desconhecida. Isso poderia explicar o costume dos conquistadores de nomear as cidades do Novo Mundo de forma idêntica às cidades espanholas. Na América, podemos encontrar cidades com o nome de Trujillo, Valladolid, Salamanca, Córdoba, Guadalajara, Cuenca, Mérida, León etc. De fato, nessa busca por semelhanças, Sevilha foi a referência urbana por excelência. Todas as cidades do Novo Mundo pretendiam ser ajustadas na maior medida possível à estrutura política e jurídica da capital andaluza (MUSSET, 2011, p. 317). No caso de Lima, a capital do Vice-reinado do Peru, isso se traduziu, inclusive, em projetos urbanísticos que tentavam copiar, com exatidão milimétrica, os jardins e as casas sevilhanas (ibid., p. 318).

A necessidade psicológica que evidencia a mimese permite estabelecer um vínculo entre o ato de fundação da cidade hispano-americana e as condições concretas de vulnerabilidade que enfrentaram os primeiros conquistadores. Esse nexos seria muito mais significativo do que a função que teriam cumprido as tradições teóricas do urbanismo greco-latino e medieval.⁶

Musset aporta um argumento a favor desse papel fundamental que desempenharam as circunstâncias que enfrentaram os primeiros colonizadores no momento de determinar a organização espacial das cidades. Trata-se da dinâmica que caracterizou a luta contra as populações indígenas durante a primeira metade do século XVI.

Efetivamente, a forma de combate que foi usada contra os nativos poderia explicar o porquê de as cidades hispano-americanas não terem sido fundadas como recintos murados. Diante de adversários armados com arcos, tacapes e lanças, um desenho da cidade aberto para o exterior e com ruas retilíneas facilitava o avanço da cavalaria e a ação das armas de fogo de longo alcance (ibid., p. 48). Posteriormente, quando as ameaças bélicas passaram a provir da Europa, fez-se necessária a construção de muralhas e torres que facilitaram a batalha contra canhões e fuzis.⁷

Em suma, os fundadores das cidades coloniais tiveram de tomar decisões urbanísticas, a partir das suas formas específicas de representação do mundo, muito mais apegados a critérios práticos e necessidades conjunturais do que a critérios estritamente teóricos e, menos ainda, a disposições derivadas de um modelo racional previamente imposto. Uma última prova disso pode ser o fato de que a primeira normativa que pretende regular a situação urbanística na América data de 1573. Trata-se das *Ordenanzas de descubrimiento y población* [*Ordenanças de descobrimento e povoação*], decretadas sob o reinado de Felipe II, em um momento em que se completava a etapa inicial da expansão colonial. Tais decretos moldaram, no papel, uma série de práticas que já tinham se mostrado na realidade (ibid., p. 55) e que a Coroa conhecia muito bem, em consequência de uma longa tradição de cartas, crônicas, relações etc. Não existiu um *dispositivo de conquista urbana* sólido, consistente e a priori, mas uma modalidade de construção e gestão da cidade ligada, diretamente, à contingência.

Cidades viajantes

A conexão entre o momento fundacional das cidades coloniais e o problema da contingência pode ser endossado se nos detivermos a analisar o fenômeno do nomadismo dos complexos urbanos hispano-americanos, amplamente pesquisado por Musset na sua obra *Ciudades nómadas del Nuevo Mundo* [*Cidades nômades do Novo Mundo*]. Certamente, os conquistadores fundaram cidades com o propósito de dominar e povoar um novo território, seguindo a aspiração descrita por Tomás de Aquino de que uma urbe deveria durar e permanecer ao longo do tempo. Contudo, as várias transferências de cidades de um sítio a outro, durante a época colonial, evidenciam as dificuldades enfrentadas para o cumprimento de tais objetivos e permitem observar a enorme vulnerabilidade que caracterizou o processo de colonização.



O fenômeno das transferências das cidades não foi um fato extraordinário ou isolado, mas uma realidade de grande magnitude que atravessou o continente americano (cerca de 200 cidades foram transferidas, algumas delas em duas ou três ocasiões). A transferência destas cidades não deve ser confundida com outros acontecimentos, como o abandono do núcleo urbano ou os reagrupamentos das populações indígenas levados a cabo pelas ordens religiosas durante o século XVI. Uma transferência, segundo Musset, envolvia "tanto a migração dos habitantes como a reedificação do conjunto de estruturas, edifícios e serviços da cidade original" (MUSSET, 2011, p. 28).

Na maioria dos casos, a transferência era feita dentro de um raio de dez ou vinte quilômetros (embora existam algumas exceções, como a de San Lorenzo El Real, no Novo México, que foi reerguida a cinquenta quilômetros da sua localização original; ou Esteco, na Argentina, que foi deslocada em oitenta quilômetros), afetando, em maior medida, algumas regiões como a América Central e o norte da América do Sul (Colômbia e Venezuela). Em um momento inicial da vida da cidade, a transferência podia ser decidida e resolvida sem maiores conflitos, mas passados de dez a cinquenta anos a partir da sua primeira localização, a situação da transferência agravava todo tipo de tensões políticas no interior da comunidade.

Com relação às razões que explicam essa modificação dos centros urbanos, há vários fatores que podem ser mencionados. Em primeiro lugar, a complexa relação que a cidade colonial estabeleceu com a natureza, manifestada em importantes dificuldades de compreensão das particularidades do território e de administração das suas inclemências (ibid., p. 212). A natureza do Novo Mundo mostrava-se aos conquistadores como uma soma de paisagens enganosas, diante das quais não se dispunha de conhecimentos adequados ou precisos. Assim, por exemplo, os lugares cobertos por uma vegetação exuberante eram vistos, de uma forma quase contraintuitiva, como completamente desfavoráveis para a agricultura ou o cultivo de produtos europeus imprescindíveis, como o trigo.

Por outro lado, os frequentes desastres naturais (inundações, erupções vulcânicas, terremotos) que ocorriam na América intensificavam o sentimento de precariedade que assolava as cidades coloniais. O problema da atividade sísmica, por exemplo, é especialmente ilustrativo dos limites da razão conquistadora nesse contexto urbano. As teorias da época valorizavam os terrenos arenosos como os menos propensos a sofrer os efeitos dos terremotos (ibid., p. 77), de acordo com a suposição de que um sismo seria a consequência da alta pressão do ar que circulava por baixo da crosta terrestre, que buscava um espaço de saída para a superfície. Isso explica o fato de

que muitas cidades (Guatemala é um caso emblemático) foram destruídas, transferidas e reconstruídas reiteradamente, como consequência de movimentos sísmicos.

Isso posto, é importante sublinhar que essa experiência de uma natureza incompreensível e temida se inseria em uma percepção do que era salubre e o que era insalubre; que, como já apontamos, era prioritária na representação que os colonizadores tinham dos lugares idôneos para fundar as suas cidades e assentar as suas populações. Tanto era assim que um dos principais argumentos no momento da transferência de uma cidade consistia na busca por um clima mais favorável, isto é, mais parecido com o da Espanha (ibid., p. 109); e na tentativa de se instalar em lugares sem a ameaça de sismos, um objetivo inviável dado que, como bem sabemos, esse tipo de fenômenos obedece a falhas que afetam zonas geográficas muitíssimo amplas (ibid., p. 86). Essas transferências, portanto, costumavam se mostrar bastante inúteis, do ponto de vista dos problemas que buscavam ser solucionados e, logicamente, isso incrementava o ceticismo a respeito dos supostos saberes especializados, intensificava o recurso à astrologia e à superstição, e reforçava o diagnóstico das catástrofes em termos de castigo divino diante de uma moralidade duvidosa dos habitantes da cidade.

Em outras oportunidades, a transferência de uma cidade se deveu ao efeito dos incessantes conflitos com os nativos indígenas de uma localidade concreta (ibid., p. 179). Nesse contexto, com a expressão "época colonial", às vezes corre-se o risco de supor que os processos de conquista se consolidam e se completam durante o século XVI, e isso não é necessariamente assim. Até fins do século XVIII, as vilas colonizadoras da fronteira norte da Nova Espanha foram atacadas em reiteradas oportunidades por populações indígenas hostis (ibid., p. 188). Também foi o caso do chamado "Flandres Indiano", isto é, da guerra contra os araucanos no sul do Chile, que realmente foi concluída já bem avançado o século XIX. Além disso, os conflitos com os indígenas explodiam, habitualmente, em diferentes regiões da América, em algumas oportunidades, justamente, como consequência do confisco de terras que envolvia a transferência de uma cidade (ibid., p. 389).

Ao longo dos séculos XVI e XVII, cidades como São Luís, na Nova Espanha, Comayagua, em Honduras, La Concepción del Bermejo, na Argentina, Santa Cruz, na Bolívia, ou La Imperial, no Chile, foram abandonadas como resultado da ameaça indígena (ibid., p. 179-191). Vale assinalar que ao perigo de um possível ataque dos nativos se somou, a partir da segunda metade do século XVI, o problema dos saques piratas, uma circunstância que explica o número importante de transferências de cidades das zonas litorâneas para o interior, principalmente no sul do México e na América Central.



No entanto, embora houvesse essa série de fatos objetivos que poderiam justificar as transferências urbanas, mesmo assim as sociedades coloniais hispano-americanas enfrentaram, de maneira especialmente traumática, a decisão por cada mudança, sobretudo quando era o caso de já terem passado vários anos desde a fundação da cidade. Nos debates sobre a transferência, produziam-se enormes tensões dentro da comunidade, que denunciavam a precariedade da ordem jurídica e política que regia a cidade, estando presente a ameaça da possibilidade quase certa de as discussões se converterem em conflito aberto e explícito (ibid., p. 255).

Segundo Musset, habitualmente duas lógicas se enfrentavam: a dos vivos e a dos mortos. A lógica dos vivos era aquela dos partidários à transferência, que desejavam garantir uma continuidade e a permanência da cidade a partir do seu desenvolvimento sobre novas bases. A lógica dos mortos, por outro lado, era aquela dos adversários da transferência, para os quais o trabalho e a vida dos seus ancestrais, a memória dos seus atos e a presença física ou espiritual das suas sepulturas transformavam o chão da cidade em algo sagrado (ibid., p. 266). Nesse contexto, a ausência de uma frente comum por parte da Igreja aumentava as tensões em jogo, dado que cada setor se considerava a expressão mais adequada da ortodoxia católica (ibid., p. 269).

Por certo, os debates e os argumentos que se empregavam a favor ou contra a transferência podiam ocultar outros interesses e especulações de cunho econômico, comprometidos com a permanência da cidade ou sua eventual transferência. Porém tais discussões manifestavam, principalmente, que, para seus habitantes, a cidade era algo mais do que uma simples acumulação de estruturas e bens materiais. De fato, o que a fragilidade das construções vinha demonstrar era o caráter fictício da própria unidade da comunidade. As sociedades coloniais eram tão vulneráveis quanto eram precárias e voláteis as suas edificações urbanas.

Por esse motivo, os projetos de transferência foram situações-limite que puseram em descoberto a realidade das cidades, mostrando uma sociedade dividida e segmentada por interesses dificilmente harmonizáveis: indígenas e espanhóis, *criollos*⁸ e peninsulares, ricos e pobres, cidadãos e camponeses, clérigos e laicos etc. (ibid., p. 246) — ainda que acima de todas essas divisões também houvesse a decisiva contraposição entre a Coroa ou seus representantes e as populações *criollas*. Algumas vezes, era necessário convencer o próprio Rei da necessidade de transferência das cidades e em outros casos da sua inconveniência, utilizando argumentos que, perfeitamente, poderiam ser considerados prenúncios importantes de uma consciência *criolla* que começava a reivindicar uma identidade local (ibid., p. 283). Um bom exemplo disso é

a obstinada resistência de alguns *criollos* mexicanos à tentativa de transferência da Cidade do México, por parte da Coroa, como consequência da grande inundação de 1629 (ibid., p. 284-297). O que, para a Coroa, analisado à distância, era a resposta a um problema técnico e financeiro, para um número importante de habitantes do México era a expressão de um fracasso coletivo altamente simbólico para os seus projetos e modos de vida.

Fragilidade e utopia

Em suma, a ideia da *tabula rasa* como forma de caracterizar a instância fundacional da cidade hispano-americana não nos parece satisfatória para descrever a complexidade do processo de desenho e construção da rede urbana colonial no Novo Mundo. Os conquistadores enfrentaram, no momento da sua chegada à América, uma acumulação de circunstâncias excepcionais e, radicalmente, novas — para as quais não dispunham de marcos conceituais nem de ferramentas técnicas que fossem capazes de oferecer respostas eficientes. Nunca foi possível intervir no espaço como se este não impusesse as suas próprias determinações; não foi possível fazê-lo a partir de uma suposta racionalidade ideal desprovida de crenças e costumes ancestrais, temores e necessidades emocionais.

Nesse sentido, pode-se afirmar, também, que a cidade colonial não obedece à materialização de um urbanismo utópico. Em primeiro lugar, a partir do ponto de vista do desenho original dos principais núcleos urbanos americanos. Como já apontamos, o utopismo renascentista propunha uma cidade ideal fechada dentro de um perímetro murado, um recinto que se assemelhava a uma fortaleza. Esse isolamento do exterior pode ser observado no modelo urbanístico da Sforzinda de Filarete ou, expresso em termos literários, nas obras posteriores de More e Campanella.

A Cidade do Sol de Campanella, por exemplo, se encontra dividida em sete círculos com quatro portas direcionadas aos pontos cardinais em cada um deles. Se alguém quisesse entrar na cidade, teria que ser capaz de atravessar cada um dos círculos com seus correspondentes fossos, em uma espécie de sistema de dificuldade crescente (CAMPANELLA, 1980, p. 143-144). Evidentemente, a impossibilidade de acesso à Cidade do Sol expressa a distância abismal que existiria entre a urbe ideal e o mundo real, mas ao mesmo tempo indica que o espaço utópico deve voltar-se para dentro de si mesmo, na medida em que encarna a consumação de todas as aspirações e os projetos humanos. Não é possível entrar na Cidade do Sol, assim como também não faz sentido sair dela.



Pelo contrário, as cidades coloniais da primeira metade do século XVI não foram construídas como núcleos fortificados, ao invés disso, permaneceram completamente abertas para o exterior. Anteriormente, refletimos a respeito da importância que teria o tipo de enfrentamento com os indígenas para a escolha desse modelo, mas talvez também devêssemos considerar que essa abertura coloca em evidência uma relação diferente com a natureza. Nas cidades utópicas, justamente por elas resultarem de um "livre voo da imaginação", toda expressão da natureza é depurada.⁹ Os desejos e os interesses individuais estão subsumidos no imperativo do bem comum, o devir e a contingência desaparecem como resultado de um ordenamento administrativo perfeito e a incerteza dá lugar ao governo infalível do conhecimento. Diante de tudo isso, a cidade colonial, ao contrário, parece ser um artefato constantemente exposto a uma natureza desconhecida e ingovernável, um aparato que não conseguiu fazer da natureza uma potência exterior ou um elemento sujeito à sua dominação.

Indubitavelmente, há vários aspectos que a cidade colonial compartilha com o relato das cidades ideais como, por exemplo, o traçado das ruas longas e retilíneas ou uma certa universalização do plano urbanístico. Não devemos esquecer que na ilha de Utopia bastava conhecer uma das suas cidades (Amaurota) para conhecer todas elas, pois em tamanha medida eram semelhantes entre si. Como analisamos, algo similar acontece com a rede urbana colonial do Novo Mundo, onde o traçado quadriculado é reproduzido insistentemente. No entanto, nesse ponto, pode-se perceber uma influência da realidade das cidades hispano-americanas sobre o utópico, e não o contrário.¹⁰ Devemos lembrar que Rafael Hitlodeu, personagem central do relato utópico de More, supostamente era um explorador que se separou de Vespúcio durante a sua viagem às Índias, chegando à ilha de Utopia.

De qualquer forma, na nossa opinião, um dos principais argumentos que desmentem a existência de uma relação essencial entre as cidades coloniais e o utopismo é oferecido pela proposição de Musset a respeito das cidades nômades. Como é lógico, a destruição de uma cidade e sua eventual transferência representavam uma oportunidade extraordinária para que os arquitetos e os urbanistas modificassem seus esquemas e modelos, se liberassem das restrições impostas por ideias inadequadas, formulassem novas alternativas e tivessem, por fim, a oportunidade para "traçar *ex nihilo* as grandes linhas de uma cidade ideal" (MUSSET, 2011, p. 407). No entanto, esse utopismo nunca teve espaço no contexto das transferências das cidades hispano-americanas. Os urbanistas e os arquitetos viram-se compelidos a respeitar e a reproduzir as realidades urbanas e sociais que já haviam se estabelecido no território americano.¹¹

Efetivamente, há uma grande inércia dos planos urbanos e um conservadorismo dos desenhos que não podem ser atribuídos ao empenho da Coroa, nem ao seu suposto controle ferrenho do espaço ibero-americano, mas sim à resistência dos habitantes das cidades que enfrentavam o infortúnio da transferência (ibid., p. 430). A transferência da cidade representava uma ameaça à estabilidade da comunidade, que via a sua percepção de insegurança e precariedade ser incrementada. Portanto, qualquer mudança somada a essa situação, por exemplo a transformação substantiva do plano urbanístico, somente poderia ser acolhida como o germe de novas inquietações. Isso explica por que as elites locais rejeitavam as modificações radicais da cidade original, com o propósito de preservar e garantir os frágeis equilíbrios internos da sociedade colonial (ibid., p. 434).

Musset apresenta um interessante caso que ilustra como, até finais do século XVIII, os princípios básicos estabelecidos pela cidade colonial, e explicitados nas ordenanças de 1573, continuavam determinando, significativamente, a paisagem urbana. Trata-se da transferência da cidade de San Pedro de Riobamba, no Equador, como consequência do terremoto que a destruiu em 1797. Enfrentados à possibilidade de planejar o desenho de uma nova urbe a partir do zero, a Audiência de Quito escolheu o espanhol Bernardo Darquea para traçar o plano da futura cidade. Na Espanha, por volta de 1770, Darquea tinha sido colaborador de Pablo de Olavide no estabelecimento das novas populações da Sierra Morena — um verdadeiro projeto biopolítico que aspirava à construção de uma sociedade-modelo que obedeceria aos princípios reformistas iluministas de produção mecanizada, rendimento eficiente e aproveitamento útil dos indivíduos (VÁZQUEZ GARCÍA, 2009, p. 43-53).

O projeto da nova cidade de Riobamba que Darquea submeteu à consideração das autoridades era um plano radioconcêntrico, em um perímetro quadrado que prescindia quase por completo de ângulos retos (MUSSET, 2011, p. 434), um modelo que se afastava radicalmente do esquema de quadrícula da cidade original. Não se encontrava na proposta nenhum tipo de equivalências entre a antiga distribuição, com a sua segmentação social e suas hierarquias expressas no espaço urbano, e a futura cidade, organizada como urbe ideal. O projeto de Darquea, como era de se esperar, foi rejeitado com o argumento de que punha em risco a estabilidade social, política e moral da cidade (ibid., p. 436). Em 1799, começaram os trabalhos de construção da nova San Pedro de Riobamba, de acordo com o modelo de tabuleiro clássico da época colonial.



Epílogo

As várias transferências de cidades hispano-americanas evidenciam a fragilidade do processo urbanístico no Novo Mundo, mas, também, a persistência dos colonizadores em seguirem aferrados ao modelo da cidade como único meio para enfrentar a contingência. Contudo, tal fenômeno corresponde a um contexto muito mais amplo e complexo: a existência de uma sociedade vulnerável que pretendia se consolidar em um território saturado de condicionantes prévios e de traços desconcertantes que interpelavam, radicalmente, as formas de saber e as representações de que dispunham os colonizadores.¹²

Tudo isto, como pode-se compreender, problematiza o valor de alguns relatos sobre a cidade colonial que o pensamento latino-americano utilizou, como a imagem de uma urbe planejada racional e geometricamente, ou a figura de uma cidade ideal que se edificaria a partir da violência que implica definir o território colonizado como um espaço imaculado. Todas essas expressões simbólicas têm servido para sustentar uma interpretação da história que denuncia o poder colonial da modernidade europeia, uma leitura do nosso passado que atravessa e fundamenta algumas apostas teóricas decisivas como o programa da libertação ou o giro decolonial.

De fato, os projetos da filosofia da libertação ou da descolonização latino-americana foram formulados em termos que os fazem totalmente dependentes de uma ideia de história que estabelece a existência de um poder hegemônico, totalizante e excludente, e sua continuidade desde o passado colonial hispânico até o nosso presente. Nesse sentido, descobrir a profunda contingência que define um dos aspectos chave da colonização hispânica, isto é, o urbanismo, sugere a necessidade de explorar outras aproximações no estudo das relações culturais e históricas entre Europa e América.¹³ A cidade colonial foi o resultado de uma série de fatos inesperados que demonstram, reiteradamente, que o poder colonizador estava completamente condicionado às realidades concretas que o lugar impunha e pelas práticas específicas tanto dos castelhanos quanto dos indígenas. Em certo sentido, a cidade colonial esteve sempre se construindo e se desfazendo, como se cumprisse o ciclo condenatório do Sísifo. Talvez aí, nessa precariedade que desmente a natureza fundacional de um poder onímodo, unilateral e perene, esteja o rastro a ser seguido para alcançar uma maior inteligibilidade das atuais paisagens urbanas latino-americanas, submetidas a novas formas de instabilidade e fragmentação.



Notas

1 Nota dos Editores – Este trabalho foi originalmente publicado, em língua espanhola, na *Revista Estudios Avanzados*, n. 26, p.114-129, 2016 (ISSN 0718-5014). Agradecemos à gentileza do autor e dos responsáveis pelo periódico de nos autorizar a tradução à língua portuguesa. Como os demais textos deste volume da *Laje* originalmente em espanhol, este artigo recebeu uma última revisão técnico-acadêmica feita pelo editor-chefe Leo Name, bem como uma revisão final da tradução por Bruna Otani Ribeiro e Larissa Fostinone Locoselli, com equipe do Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

2 Este trabalho foi realizado no marco do projeto *Biblioteca Saavedra Fajardo de Pensamiento Político Hispánico (IV): Ideas que cruzan el Atlántico. La formación del espacio intelectual iberoamericano* [Nº Referência: FFI2012-32611 do Ministério de Educação da Espanha].

3 Nota de Tradução (N.T.) – *O cabildo*, durante o período colonial na América Espanhola, era o órgão que funcionava como instância de representação da cidade junto à metrópole espanhola, servindo ainda a outros propósitos, como inclusive o de prisão.

4 A obra *Discours de la methode [Discurso do método]* foi publicada no ano de 1637.

5 *De Re Aedificatoria*, de Leon Battista Alberti, publicado em 1845, constitui o mais importante tratado sobre a construção de cidades do Renascimento. Nesse sentido, é interessante observar o quanto Alberti rejeita a ideia de construir uma cidade ideal e defende um modelo urbanístico centrado unicamente na concreção histórica e em valorizações de cunho prático (SETA, 2002, p. 40).

6 Ambos os elementos, as condições de vulnerabilidade e os conceitos urbanísticos da época, nos oferecem o contexto histórico apropriado para explicar e compreender o fenômeno da cidade colonial durante o século XVI. Somos conscientes de que, nesse ponto, pode-se abrir uma discussão epistemológica a respeito dos limites de toda contextualização historiográfica, da qual este artigo representa um exemplo significativo. Estabelecer tal debate nos obrigaria a confrontar a nossa ideia sobre como se escreve a história com o modelo que acreditamos que está operando nas propostas de Rama, Dussel ou da teoria decolonial. Isso excede os limites deste trabalho, embora ofereçamos alguma indicação a esse respeito na seção final do texto. Para uma aproximação ao problema da história e da contextualização, destacamos o trabalho de Martin Jay (2011).

7 Desse modo, a cidade colonial murada aparece em um segundo momento do processo de colonização. Como relata o historiador da arquitetura Cesare de Seta, a primeira fortaleza e o primeiro recinto murado de Cuba, por exemplo, foi construído em 1540, como consequência das incursões dos piratas e de uma invasão da marinha inglesa. Outros exemplos seriam: Cartagena das Índias, que é representada nos planos como uma cidade murada a partir de 1593, ou San Juan de Puerto Rico, que não se fortifica até finais do século XVI (SETA, 2002, p. 119).

8 N.T. – O termo designa a geração descendente de espanhóis nascida já nas colônias e, posteriormente, amplia-se à concepção do que é fruto da colonização espanhola, das relações sociais e das práticas culturais que têm raiz na sociedade forjada por esta colonização.



9 Não pretendemos, com isso, afirmar que a estrutura da utopia urbana se limita a uma simples expressão da imaginação ou da fantasia. Uma coisa é a utopia ser escrita com o poder da imaginação e, portanto, que ela tenha a capacidade de subjugar, alterar ou reinventar o elemento natural; e outra, muito diferente, é a força do relato utópico para penetrar na realidade e, inclusive, orientar algum tipo de práxis.

10 Erwin Walter Palm oferece um interessante exemplo em relação a essa sobredeterminação das cidades utópicas por parte das cidades americanas. Trata-se do esquema da cidade ideal formulado por Albrecht Dürer, em 1527, no seu *Tratado de fortificação*. Segundo Palm (1951), esse projeto de cidade ideal teria sido decisivamente influenciado pela publicação, em 1524, em Nuremberg, das cartas segunda e terceira de Cortés junto ao plano da cidade de Tenochtitlan. A nossa tese, então, pode ser resumida na ideia de que a cidade utópica é uma consequência da conquista e da urbanização americana, e não um fator decisivo do seu contexto.

11 Nesse sentido, o processo urbanístico colonial tem muito mais de repetição que de novidade radical. A vulnerabilidade e a precariedade da experiência colonizadora reforçam os mecanismos de reprodução dos discursos e das práticas já conhecidos pelos espanhóis (ideias sobre a construção de cidades, noções jurídicas, princípios religiosos etc.), assim como o desejo de pertencimento a uma identidade comum que a Coroa aporta à distância.

12 Nesse sentido, este estudo sobre a cidade colonial americana deveria ser só um primeiro episódio de um trabalho mais amplo que venha a analisar outros dispositivos da colonização espanhola, como por exemplo: a evangelização, o discurso da limpeza do sangue, a construção simbólica do indígena etc. Em todos esses contextos, caberia avaliar a

hipótese aqui exposta: a natureza contingente e falida do poder imperial hispânico.

13 Como já apontamos, contrapõem-se aqui dois modelos de trabalho historiográfico. A filosofia da libertação e a aposta decolonial dependem de um conceito totalizante da história que estabelece a existência de uma única lógica colonial (violência simbólica do colonizador, *ratio* eurocêntrica, colonialidade do poder etc.), que emerge no século XVI e chega até o presente, atravessando diversos estratos da realidade social: a subjetividade, a construção do conhecimento, as relações sociais, as práticas institucionais e as dinâmicas geopolíticas. A nosso ver, seguindo as ferramentas da arqueogenealogia foucaultiana, apostamos por um estudo das práticas nos seus contextos específicos, que permita decifrar lógicas estritamente delimitadas, que podem pertencer tanto a um nível micro, meso ou macropolítico, sem que isso envolva a existência de uma racionalidade global e unívoca que as conecte. A partir da perspectiva dos supostos da contextualização historiográfica, e dando atenção ao caso específico da cidade colonial, o primeiro modelo minimiza todos os aspectos que configuram um contexto (racionalidades, crenças, experiências) e tenta sublinhar o caráter radicalmente inovador do *acontecimento*. Desse modo, na gênese do urbanismo colonial, estaria introduzindo-se um sentido original que não pode ser explicado por nada prévio nem por nenhum contexto. Tratar-se-ia da produção do *ego conquiro* e da instauração do poder totalitário da razão moderna, algo que seria visível no desenho utópico e geométrico da cidade americana do século XVI. Pelo contrário, para nós, a cidade colonial é um dispositivo particular que obedece a uma série de racionalidades conjunturais que nele se combinam e que tentam responder aos desafios impostos por uma realidade complexa. Interessa-nos conhecer o que fez possível o surgimento da cidade colonial e a sua particular precariedade, no entendimento de que, somente dessa forma, podemos esclarecer o

horizonte necessariamente limitado que tal acontecimento supunha para o futuro (por exemplo: a abertura ao utopismo). Como afirma Jay, no seu artigo "Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization" ["Explicação histórica e o acontecimento: reflexões sobre os limites da contextualização"] (2011), os eventos que podem ser classificados como acontecimentos são na verdade raros e difíceis de identificar. Certamente, um enfoque contextual teria que dar atenção à irrupção do que seria a pura possibilidade na história, mas também operar com precaução diante da invenção do acontecimento que oculta o *ato de transcender* o passado e criar uma justificação ideológica útil para o presente.

Referências

CALVO, T. **L'Amérique ibérique de 1570 à 1910**. Paris: Nathan, 1995.

CAMPANELLA, T. La ciudad del sol. In: **Utopías del Renacimiento**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1980.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca 2005.

DUSSEL, E. **1492: El encubrimiento del Otro**. Hacia el origen del "mito de la Modernidad". La Paz: Plural, 1994.

GROSGUÉL, R. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los Zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (org.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2005.

HIPÓCRATES. **Tratado de los aires, las aguas y los lugares**. Madrid: Gredos, 1997.

JAY, M. Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization. **New Literary History**, v. 42, n. 4, p. 557-571, 2011.

LUCENA GIRALDO, M. **A los cuatro vientos**. Las ciudades de la América Hispánica. Madrid: Marcial Pons, 2006.

MUSSET, A. **Ciudades nómadas del Nuevo Mundo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.

PALM, E. W. Tenochtitlán y la ciudad ideal de Dürer. **Journal de la Société des Américanistes**, n. 40, p. 59-66, 1951.

RAMA, Á. **La ciudad letrada**. Madrid: Fineo, 2009.

RAMÓN, A. **Santiago de Chile (1541-1991)**. Historia de una sociedad urbana. Santiago: Editorial Sudamericana, 2000.

SETA, C. **La ciudad europea del siglo XV al XX**. Madrid: Istmo, 2002.

TERÁN, F. (org.). **La ciudad hispanoamericana, el sueño de un orden**. Madrid: Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo, 1989.

VÁZQUEZ GARCÍA, F. **La invención del racismo**. Nacimiento de la biopolítica en España, 1600-1940. Madrid: Akal, 2009.

